

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2024

Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'Q17', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Acredite, você tem forças para chegar onde quiser, basta querer.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Um diálogo instrutivo

Muitos entusiastas da Inteligência Artificial (IA) continuam a insistir na venda da utopia de que as máquinas digitais não só serão capazes de simular a inteligência humana como, eventualmente, poderão superar a todos nós no nosso próprio jogo, o jogo de pensar, se comportar e viver como seres humanos. Costumo, nas minhas aulas, utilizar um diálogo hipotético entre um neurocientista (N) e um pesquisador da área de inteligência artificial (PIA) para ilustrar o abismo que separa aqueles que, como eu, acreditam ser bem-vindo o uso da tecnologia para promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas e aqueles que trabalham apenas com o objetivo de concretizar uma distopia. Eis aqui um momento desse diálogo:

N – Como você programaria o conceito de beleza em uma máquina da IA?

PIA – Defina um conceito de beleza para mim e eu posso programá-lo.

N – Esse é o problema central. Eu não posso definir beleza – você também não pode, tampouco outro ser humano que jamais viveu e experimentou a sensação de deparar-se com a beleza.

PIA – Se você não pode defini-la de forma precisa, não posso programá-la, ela simplesmente não interessa. Ela não existe. E, como cientista computacional, não me importo com ela.

N – A sua mãe ou sua filha são bonitas?

PIA – Sim, elas são.

N – E você pode definir por quê?

PIA – Não, eu não posso. Não posso programar a minha experiência subjetiva e pessoal no meu computador. Portanto, ela não existe nem significa nada do ponto de vista científico.

N – Isso quer dizer que como você não pode quantificar a sensação de encontrar uma face bela, essa sensação é irrelevante?

PIA – Basicamente, sim! Você entendeu o meu ponto de vista.

Assustador como esse diálogo pode soar, quando milhões de pessoas vivendo nestes tempos modernos já decidiram que qualquer coisa que uma máquina não possa fazer é irrelevante para a humanidade.

(Adaptado de NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**. São Paulo: Planeta, 2020, p. 163-164)

- No primeiro parágrafo, a entusiasmada *utopia* associada à Inteligência Artificial (IA) consistiria, para muitos, em considerar
 - a tecnologia criada pela IA como uma elevação dos recursos inerentes ao cérebro humano a um patamar jamais explorado.
 - as máquinas digitais como suficientemente capazes de programar cientificamente até mesmo o que seja indefinível.
 - a possibilidade de que a linguagem computacional venha a potenciar o interesse humano pelos mistérios insondáveis.
 - as atividades lúdicas dos homens como jogos a serem ultrapassados pela imaginação inerente às máquinas digitais.
 - a expectativa de que a inteligência e a conduta humanas terão seus limites superados pela capacitação da IA.
- No diálogo travado entre um neurocientista (N) e um pesquisador da área de Inteligência Artificial (PIA), o conceito de beleza é
 - intrigante para ambos, embora o pesquisador aceite o mistério do que é belo com maior naturalidade do que o neurocientista.
 - irrelevante para ambos, uma vez que a experiência estética é aceita como uma vivência menor no âmbito da ciência humana.
 - indefinível para ambos, mas divergem frontalmente quanto à importância e à relevância da experiência do que é belo.
 - inequívoco para ambos, mantendo-se o neurologista mais cauteloso em sua definição do que o pesquisador.
 - insustentável para ambos, uma vez que reconhecem não haver como definir beleza natural ou beleza artificial.
- Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento do primeiro parágrafo do texto em:
 - com o objetivo de concretizar uma distopia = visando materializar a negação de uma utopia
 - insistir na venda da utopia = instar um sonho a negar-se
 - utilizar um diálogo hipotético = instrumentalizar um embate coloquial
 - para ilustrar o abismo que separa = para figurar a ponte irrelevante
 - acreditam ser bem-vindo o uso da tecnologia = supõem a retificação usual da técnica
- Converte-se uma passagem do texto num discurso indireto em:
 - Defina para mim seu conceito de beleza, lançou-me em desafio.
 - Desafiei-o: consideras bonitas tua mãe e tua filha?
 - Como pretende você definir a beleza de modo preciso? – respondeu-me.
 - Perguntei-lhe se ele seria capaz de programar o conceito de beleza.
 - Ponderou-me, então: acho que você concorda comigo nesse ponto.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não costumam distinguir limites na Inteligência Artificial quem julga absoluto o poder dela.
 (B) Não interessa aos entusiastas da Inteligência Artificial avaliar a experiência que os arrebatava.
 (C) Resiste à definição do conceito de beleza experiências estéticas que julgamos compreender.
 (D) Não convêm aos debatedores arriscar-se numa definição que se põem fora de seu alcance.
 (E) A quantificação de nossas sensações íntimas mostram-se insuficientes para definir a beleza.
-
6. É adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) Desse diálogo, do qual não faltaram argumentos a que ambos se empenharam, não resultou conclusão definitiva.
 (B) Os entusiastas da IA consideram-lhe uma instância do saber aonde se instalou a infalibilidade.
 (C) O diálogo de que se vale o neurologista tem o propósito de medir forças com o pesquisador do mundo virtual.
 (D) Quanto à beleza, que sua definição se mostra tão difícil, atribuem-na pouca importância os entusiastas da IA.
 (E) A importância da IA, por cuja tantos se deixam arrebatados, não levou o neurologista a lhe aceitá-la na mesma medida.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

O cantar de um hino

Já na origem grega da palavra hino (húmnos) está o sentido de canto, de cantar. Também se diz que “canta sua terra” quem decide homenageá-la. Um hino é a homenagem que se presta à energia da natureza de um lugar, aos seus habitantes mais empenhados, à sua origem histórica, à sua vocação política. Nenhum desses compromissos falta ao Hino de Fortaleza, cujas palavras compôs o escritor cearense Gustavo Barroso (1888-1959).

A natureza comparece no “emplumado e virente coqueiro”, nas “areias de prata”, na “manhã cristalina”; jangadas e jangadeiros são ícones locais que nos ocorrem imediatamente; um nome como Iracema, da tabajara “com alma de virgem”, acusa a presença forte dos povos originais; e a menção aos “escravos partindo os grilhões” é uma celebração da resistência do cativo.

A um hino não costuma faltar um refrão – lugar onde a poesia se condensa e se repete ritualmente, que costuma ter grande efeito numa interpretação coral. O refrão escolhido pelo poeta desse hino invoca o nome querido e reiterado, a natureza luminosa e o compromisso afetivo dos filhos do lugar, ainda quando distantes: “Fortaleza! Fortaleza! / Irmã do Sol e do mar, / Fortaleza! Fortaleza! / Sempre havemos de te amar”. Todos esses atributos, insiste o poeta, trarão de volta quem do lugar amado se afaste, pois tais encantos “Não se apagam no seu coração” – como diz o verso que arremata a homenagem prestada a Fortaleza com o hino de um filho seu.

(Justiniano Almeida Cunha, inédito)

7. É próprio de um hino, tal como se afirma no primeiro parágrafo,
- (A) conclamar às lutas libertárias os cidadãos comprometidos com o destino de sua pátria.
 (B) lembrar os múltiplos atributos de uma época heroica para fazer justiça ao que foi olvidado.
 (C) reverenciar as qualidades marcantes e identificadoras da natureza local e de sua gente.
 (D) saudar as virtudes políticas e a índole cívica dos fundadores de uma cultura determinada.
 (E) exaltar por meio de um refrão a variação das qualidades morais dos rudes desbravadores.
-
8. Analisando-se a relação existente entre parágrafos do texto, observa-se que
- (A) o 3º parágrafo relativiza a concepção de hino desenvolvida nos dois primeiros parágrafos.
 (B) o 2º parágrafo exemplifica de modo particular os atributos de um hino nomeado no 1º parágrafo.
 (C) o 1º e o 2º parágrafos articulam-se para melhor ressaltar a característica técnica do refrão.
 (D) o 2º e o 3º parágrafos divergem quanto à importância histórica dos povos oprimidos.
 (E) o 3º parágrafo exalta detalhadamente a brava resistência referida no 2º parágrafo.
-
9. É correta e coerente a nova forma dada a um segmento do texto em:
- (A) *não costuma faltar um refrão* (3º parágrafo) = não convém ressaltar um estribilho
 (B) *Já na origem grega (...) está o sentido de canto* (1º parágrafo) = mesmo originalmente o canto grego tinha sentido
 (C) *homenagem que se presta* (1º parágrafo) = louvor do qual se habilita
 (D) *que nos ocorrem imediatamente* (2º parágrafo) = os quais nos acorrem de antemão
 (E) *celebração da resistência do cativo* (2º parágrafo) = enaltecimento da resiliência do aprisionado
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Todos esses atributos trarão de volta quem do lugar amado se afaste*, as formas verbais ficarão, na ordem dada,
- (A) teria sido trazido – esteja a afastar-se
 (B) serão trazidos – afastou-se
 (C) deverão trazer – tenha afastado
 (D) será trazido – seja afastado
 (E) trouxeram-no – fosse afastar-se



Atenção: Para responder às questões de números 11 a 15, baseie-se no texto abaixo.

[Vida a compartilhar]

Um jovem amigo meu é uma pessoa exasperada e deprimida. Na semana passada, ele foi atraído por uma história edificante. Uma escola americana dedicara um anfiteatro a uma professora de escola fundamental que, depois de uma longa carreira de ensino, foi paralisada por uma distrofia muscular, e seguiu ensinando. Quando perdeu a voz, passou a ensinar surdos-mudos. Na reportagem, ela estranhava a atenção e os elogios: era uma mulher em paz consigo mesma e com o mundo, sem furores caritativos ou vocações martirológicas. Sua vida parecia simplesmente normal.

Meu jovem amigo comentou que, se estivesse no lugar dela, já teria acabado com sua própria vida. Essa ideia, concordei, passaria por qualquer cabeça. Mas por que a professora não foi por esse caminho? O insuportável numa doença como essa, afirmou então meu interlocutor, são os limites, as impotências.

Observei-lhe então que há uma infinidade de coisas que não conseguimos fazer. Afinal, não sei voar, nem ficar por respirar mais que dois minutos. Com paciência condescendente, meu amigo explicou que essas são coisas que ninguém, ou quase ninguém, consegue fazer. O que dói, acrescentou, é não conseguir fazer as coisas que os outros conseguem. E declarou que, se tivesse uma invalidez grave, talvez pudesse seguir vivendo, mas só entre pessoas tão inválidas quanto ele. Conclusão da conversa: o problema não é a invalidez, o problema são os outros. Melhor dizendo, a necessidade de se comparar aos outros.

De todo modo, ficamos sem apurar que tipo de energia animava aquela prejudicada professora, excepcionalmente apta e disposta a só compartilhar o que tinha de positivo.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 70-71)

11. A história edificante, referida no primeiro parágrafo, provocou no jovem amigo do autor uma
- (A) avaliação pessoal, na qual reconheceu sua incapacidade para superar um limite seu por conta de decisões altruístas.
 - (B) exasperação depressiva, por conta do mau exemplo que ele viu na conduta moral da professora.
 - (C) reação positiva, de vez que reconheceu na atitude da professora um exemplo superior de resiliência.
 - (D) resposta compassiva, quando se sentiu um ardoroso admirador de quem se dispõe a sofrer pelos outros.
 - (E) censura discreta, ao considerar que a escolha da professora podia ser interpretada como um martírio caridoso.
-
12. No 3º parágrafo, ao considerar que todos nós temos limites, o autor se deparou com a seguinte posição defendida pelo jovem amigo:
- (A) os males que acometem as outras pessoas passam a ser nossos, quando não os avaliamos com lucidez crítica.
 - (B) todo sofrimento compartilhado tende a ir diminuindo na medida em que as pessoas se deem conta de sua inevitabilidade.
 - (C) as pessoas potencializam nossos males, quando não buscam entender a injustiça que se entranha na condenação que nos aflige.
 - (D) a ninguém deve animar a esperança de que sua invalidez se apequene diante da invalidez de muitos outros.
 - (E) os males que nos afligem podem tornar-se suportáveis quando na mesma medida afligirem os nossos semelhantes.
-
13. No contexto do 1º parágrafo, ao afirmar que a professora *era uma mulher em paz consigo mesma e com o mundo, sem furores caritativos ou vocações martirológicas*, o autor faz-nos depreender que
- (A) a paz mais profunda resulta da combinação harmoniosa entre o gesto caridoso e o sofrimento recompensado.
 - (B) há gestos virtuosos que nascem mais de espíritos alterados do que de um simples e sincero desprendimento pessoal.
 - (C) tanto a caridade exacerbada quanto a inclinação para o sofrimento são traços de quem não se importa consigo mesmo.
 - (D) quanto maior o sofrimento trazido por um ato de abnegação, tanto maior será a virtude de quem se sacrificou.
 - (E) a ânsia de parecer caridoso faz com que a vocação para o martírio surja como um defeito causado por essa ansiedade.
-
14. É adequada a articulação entre os tempos e modos verbais na seguinte frase:
- (A) Ficamos sem saber por que vem ela se dedicado a atos virtuosos que sua doença lhe impedisse de haver praticado.
 - (B) Quando perdesse a voz, em função da distrofia que lhe acometeria, ela passará a ensinar surdos e mudos.
 - (C) Fora uma mulher em paz consigo mesma, apesar dos sofrimentos que a vida lhe reserve, ao desafiar seus limites.
 - (D) Quando me confessou que se mataria, não me surpreendi e disse que muita gente poderia vir a tomar igual decisão.
 - (E) Segundo meu amigo, a dor maior comparece quando nos convencêssemos de que não sejamos os únicos a sofrer.
-
15. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Ao compartilhar o que tinha de positivo, a professora, com seus atos de abnegação, muito surpreendeu a quem os reconheceu.
 - (B) Ele era apesar de jovem, pessoa exasperada e deprimida, capaz de em muitos casos, chegar a pensar em suicídio.
 - (C) Há quem estranhe aliás compreensivelmente, que algumas raras pessoas se disponham por vezes, a altos sacrifícios.
 - (D) De fato a professora mostrou-se virtuosa, incapaz que era, de afetar misericórdia gratuita, ou mesmo tendência para autoflagelar-se.
 - (E) Não deixa de ser curiosa, a conclusão a que chegou o autor, quando viu permanecer como enigma, o caso daquela professora.



Matemática e Raciocínio Lógico

16. Gustavo guarda sua coleção de moedas, que são todas de mesmo peso, em um recipiente de vidro. Com todas as moedas, o recipiente pesa 2850 gramas e, ao retirar 35 moedas, o peso do recipiente cai para 2570 gramas. Se o peso do recipiente vazio é maior do que 2000 gramas, a quantidade máxima de moedas que Gustavo pode ter guardado nesse recipiente é
- (A) 108
(B) 100
(C) 102
(D) 106
(E) 104

17. Um aluno fez 5 atividades de matemática em um trimestre. A tabela a seguir apresenta algumas informações sobre as notas obtidas.

Atividade	Nota
1ª	6
2ª	4
3ª	
4ª	5
5ª	

Sabendo que a média aritmética das notas das 3 primeiras atividades é igual à média aritmética das notas das 5 atividades, e que a nota da 5ª atividade é um ponto menor do que a nota da 3ª atividade, temos que a nota da 3ª atividade somada com a nota da 5ª atividade é igual a

- (A) 12
(B) 13
(C) 14
(D) 16
(E) 15
18. A prefeitura de Paris contratou três máquinas que farão a limpeza das vias no centro poliesportivo. O edital previa que cada empresa interessada só poderia competir com uma máquina; o valor total de recursos para a contratação das três máquinas é de 62 mil euros e o valor a ser pago a cada empresa seria inversamente proporcional à idade de uso da máquina oferecida pela empresa. As três empresas vencedoras do edital cadastraram máquinas com 2, 3 e 5 anos de uso. Considerando essa situação hipotética, o valor a ser recebido pela empresa que possui a máquina com maior idade de uso é de
- (A) 14 mil euros.
(B) 12 mil euros.
(C) 11 mil euros.
(D) 10 mil euros.
(E) 13 mil euros.

19. Considere a expressão abaixo.

$$\left[2 + \left(\frac{4}{5} - \frac{3}{10}\right)\right]^2 \div 0,5$$

O valor da expressão numérica é:

- (A) 15/8
(B) 25/4
(C) 25/2
(D) 15/2
(E) 25/8
20. As amigas Ana, Janaína, Flora e Denise foram almoçar juntas em uma cantina italiana. Cada uma delas pediu uma bebida diferente dentre água, vinho, suco e refrigerante. Ana e Janaína não pediram vinho. Flora e Denise não pediram água nem suco. Denise não pediu refrigerante e Ana não pediu água. É correto concluir que
- (A) Denise pediu vinho e Ana pediu água.
(B) Ana pediu água e Flora pediu refrigerante.
(C) Janaína pediu suco e Denise pediu vinho.
(D) Flora pediu vinho e Denise pediu refrigerante.
(E) Flora pediu refrigerante e Janaína pediu água.

21. Um programa de pós-graduação comprou para seus estudantes 140 marcadores de texto, 120 borrachas, 148 cadernos e 160 lapiseiras. Esse material foi dividido em saquinhos contendo apenas um dos itens comprados, porém todos com o mesmo número de objetos e com a maior quantidade possível em cada saquinho. Sabendo-se que tudo que foi comprado foi embalado em saquinhos, então o número de saquinhos utilizados foi:
- (A) 132
(B) 102
(C) 142
(D) 105
(E) 137

**Noções de Legislação**

22. Alberto, servidor público, pediu a sua remoção para outra localidade. Considerando que o referido pedido se deu por motivo de saúde do servidor, havendo comprovação por junta médica oficial, nessa situação, levando-se em conta apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, deferido o pedido,
- (A) não será concedida ajuda de custo a Alberto.
 - (B) será concedida ajuda de custo a Alberto, permitido o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, se a esposa ou companheira detiver também a condição de servidora e vier a ter exercício na mesma sede.
 - (C) será concedida ajuda de custo a Alberto, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, se a sua esposa ou companheira detiver também a condição de servidora e vier a ter exercício na mesma sede.
 - (D) será concedida ajuda de custo a Alberto, a qual será calculada sobre a sua remuneração, não podendo exceder a importância correspondente a 3 meses.
 - (E) será concedida ajuda de custo a Alberto, a qual será calculada sobre a sua remuneração, não podendo exceder a importância correspondente a 6 meses e não sendo nunca inferior a importância correspondente a 3 meses.
-
23. Em conformidade com a Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe a respeito da política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, a unidade de sustentabilidade
- (A) não é competente para fomentar ações, ainda que com o apoio da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PSL) e em conjunto com as unidades gestoras pela execução do PLS, que estimulem o controle de emissão de dióxido de carbono no âmbito do órgão do Poder Judiciário.
 - (B) deve observar a lotação mínima de 3 servidores(as) nos tribunais que possuam menos de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
 - (C) deve observar a lotação mínima de 5 servidores(as) nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
 - (D) deve ter caráter permanente para assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da referida Resolução.
 - (E) é competente para elaborar relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável (PLS), o qual deve ser encaminhado ao CNJ até o dia 30 de junho do ano posterior ao que se refere.
-
24. Paulo é Juiz Titular de Vara do Trabalho em Fortaleza. Levando-se em conta apenas as informações fornecidas, nessa situação, em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, considera-se adquirida a vitaliciedade por Paulo
- (A) a partir da posse, sendo que ele não conservará, por motivo de aposentadoria, o respectivo título, mas apenas as honras a ele inerentes.
 - (B) após 2 anos de exercício, sendo que ele conservará, por motivo de aposentadoria, o respectivo título e as honras a ele inerentes.
 - (C) a partir da posse, sendo que ele conservará, por motivo de aposentadoria, o respectivo título e as honras a ele inerentes.
 - (D) após 5 anos de exercício, sendo que ele não conservará, por motivo de aposentadoria, o respectivo título e as honras a ele inerentes.
 - (E) após 3 anos de exercício, sendo que ele não conservará, por motivo de aposentadoria, o respectivo título, mas apenas as honras a ele inerentes.
-
25. Mariângela é servidora da área de saúde, Daniel é juiz do trabalho e Frederico é servidor com deficiência da área administrativa da primeira instância. Mariângela, Daniel e Frederico residem e trabalham em Fortaleza. Considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação, em conformidade com a Resolução Normativa nº 7/2024 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito desse Tribunal, o Comitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e da Discriminação de Primeiro Grau poderá ser composto, desde que a indicação seja regular, por
- (A) Mariângela, Daniel e Frederico.
 - (B) Mariângela e Frederico, apenas.
 - (C) Mariângela e Daniel, apenas.
 - (D) Daniel e Frederico, apenas.
 - (E) Daniel, apenas.



26. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), considere:
- I. É vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e exclusão de beneficiários.
 - II. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do Poder Público, no âmbito de suas competências.
 - III. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.

Com relação ao tratamento de dados pessoais sensíveis, está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Noções de Direitos Humanos

27. Em conformidade com a Constituição Federal, os tratados internacionais sobre direitos humanos
- (A) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em um único turno, por maioria absoluta dos votos dos membros do Congresso Nacional.
 - (B) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (C) não serão equivalentes, em nenhuma hipótese, às emendas constitucionais.
 - (D) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (E) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em qualquer uma das Casas do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

28. Em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,
- (A) todo ser humano tem direito à educação, obrigatória no ensino fundamental e superior, sendo que esta última será baseada na condição social e não no mérito.
 - (B) todo ser humano tem direito à educação, a qual será gratuita obrigatoriamente nos graus elementares, fundamentais e superiores.
 - (C) a educação elementar não é obrigatória, sendo gratuito o ensino técnico-profissional.
 - (D) os pais têm prioridade do direito na escolha do gênero de educação que será ministrada a seus filhos.
 - (E) todo ser humano tem direito à educação, favorecendo a amizade apenas entre todos os grupos raciais, mas não a amizade entre todos os grupos religiosos.

29. Em conformidade com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, com relação ao Comitê de Direitos Humanos,
- (A) é composto por vinte e sete membros.
 - (B) os seus membros, indicados pelos Estados Partes no referido Pacto, são eleitos em votação aberta e não secreta.
 - (C) é integrado por nacionais dos Estados Partes do referido Pacto, os quais deverão ser pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos, levando-se em consideração a utilidade da participação de algumas pessoas com experiência jurídica.
 - (D) cada Estado Parte no referido Pacto poderá indicar três pessoas para serem membros do Comitê, as quais deverão ser nacionais do Estado que as indicou.
 - (E) a mesma pessoa poderá ser indicada uma única vez para ser membro desse Comitê.

30. Em conformidade com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os seus Estados Partes comprometem-se a apresentar relatórios sobre as medidas que tiverem adotado e sobre os progressos realizados com vista a assegurar o respeito dos direitos nele reconhecidos. Todos esses relatórios devem ser encaminhados, de acordo com as disposições do referido Pacto,
- (A) ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que transmitirá cópias deles ao Conselho Econômico e Social, para exame.
 - (B) ao Conselho Econômico e Social, que sempre transmitirá cópias deles à Assembleia-Geral das Nações Unidas, para exame.
 - (C) ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que os examinará, sem transmitir cópias deles a outros órgãos.
 - (D) à Assembleia-Geral das Nações Unidas, apenas, que transmitirá cópias deles ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para exame.
 - (E) à Assembleia-Geral das Nações Unidas, apenas, que os examinará, sem transmitir cópias deles a outros órgãos.



31. O Estado "X", Parte na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, julgou que o Estado "Y", igualmente Parte, não aplicou as disposições nela contidas. Assim, chamou a atenção do Comitê, o qual trata da eliminação da discriminação racial, sobre a questão. Então, o Comitê transmitiu a comunicação ao Estado Parte "Y" que, no prazo de
- (A) três meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de seis meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, tanto um como o outro terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, endereçando uma notificação ao Comitê assim como ao outro Estado interessado.
 - (B) dois meses, no máximo, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de um ano a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.
 - (C) seis meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, tanto um como o outro terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, endereçando uma notificação ao Comitê assim como ao outro Estado interessado.
 - (D) seis meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.
 - (E) um ano, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.
-
32. Um Estado Parte do Protocolo Facultativo da Convenção sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher deseja propor emendas a ele. Em conformidade com o referido protocolo, esse Estado poderá propor as
- (A) emendas, porém não poderá dar entrada à proposta de emendas, o que deverá ser feito apenas pela Corte Internacional de Justiça, que deverá comunicar as emendas propostas aos Estados Partes juntamente com solicitação de que o notifiquem caso sejam favoráveis a uma conferência de Estados Partes com o propósito de avaliar e votar a proposta. Se ao menos metade dos Estados Partes for favorável à conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas deverá convocá-la sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na conferência será considerada aprovada.
 - (B) emendas e dar entrada à proposta de emendas junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que deverá, nessa ocasião, comunicar as emendas propostas aos Estados Partes juntamente com solicitação de que o notifiquem caso sejam favoráveis a uma conferência de Estados Partes com o propósito de avaliar e votar a proposta. Se ao menos um terço dos Estados Partes for favorável à conferência, o Secretário-Geral deverá convocá-la sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na conferência será submetida à Assembleia-Geral das Nações Unidas para aprovação.
 - (C) emendas, porém não poderá dar entrada à proposta de emendas, o que deverá ser feito apenas pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, que deverá comunicar as emendas propostas aos Estados Partes juntamente com solicitação de que o notifiquem caso sejam favoráveis a uma conferência de Estados Partes com o propósito de avaliar e votar a proposta. Se ao menos um terço dos Estados Partes for favorável à conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas deverá convocá-la sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada por um terço dos Estados Partes presentes e votantes na conferência será considerada aprovada.
 - (D) emendas, porém não poderá dar entrada à proposta de emendas, o que deverá ser feito apenas pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, que deverá comunicar as emendas propostas aos Estados Partes juntamente com solicitação de que o notifiquem caso sejam favoráveis a uma conferência de Estados Partes com o propósito de avaliar e votar a proposta. Se ao menos um terço dos Estados Partes for favorável à conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas deverá convocá-la sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada por um terço dos Estados Partes presentes e votantes na conferência será considerada aprovada.
 - (E) emendas e dar entrada à proposta de emendas junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que deverá, nessa ocasião, comunicar as emendas propostas aos Estados Partes juntamente com solicitação de que o notifiquem caso sejam favoráveis a uma conferência de Estados Partes com o propósito de avaliar e votar a proposta. Se ao menos metade dos Estados Partes for favorável à conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas deverá convocá-la sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada por um terço dos Estados Partes presentes e votantes na conferência será submetida à Corte Internacional de Justiça para aprovação.



33. Em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança,
- (A) os Estados Partes devem adotar medidas adequadas para assegurar que a criança que tenta obter a condição de refugiada, ou que seja considerada refugiada, de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, apenas se estiver sozinha, desacompanhada de seus pais ou de qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequadas para que possa usufruir dos direitos enunciados na referida Convenção.
 - (B) os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas em função da idade e da maturidade da criança, sendo que, para tanto, diferentemente do que ocorre com relação aos processos administrativos, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.
 - (C) os Estados Partes reconhecem que uma criança que tenha sido internada em um estabelecimento pelas autoridades competentes para fins de atendimento, proteção ou tratamento de saúde física ou mental, tem direito a um exame periódico de avaliação do tratamento ao qual está sendo submetida e de todos os demais aspectos relativos à sua internação.
 - (D) crianças privadas do convívio familiar ou que, em seu próprio interesse, não devam permanecer no ambiente familiar terão direito à proteção e assistência especiais do Estado, salvo se essa privação for temporária.
 - (E) os Estados Partes devem reconhecer que a adoção efetuada em outro país pode ser considerada como um meio alternativo para os cuidados da criança, apenas quando a mesma não puder ser colocada em um lar de adoção.

34. Com base no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, considere:

- I. Quando a comunicação for anônima.
- II. Quando a mesma matéria já tenha sido examinada pelo Comitê.
- III. Quando não tenham sido esgotados todos os recursos internos disponíveis, inclusive no caso em que a tramitação desses recursos se prolongue injustificadamente.
- IV. Quando a comunicação estiver precariamente fundamentada.

O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência considerará inadmissível a comunicação submetida por pessoas sujeitas à sua jurisdição, alegando serem vítimas de violação das disposições da Convenção, entre outras situações, naquelas descritas APENAS nos itens

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

Noções de Informática

35. No Windows 11, em português, uma servidora pública, com a devida permissão, deseja garantir que apenas seu computador de trabalho possa se comunicar com o servidor de arquivos na rede da organização. A configuração correta e ideal que essa servidora pública deve fazer no *firewall* do Windows é criar uma regra
- (A) de entrada no servidor de arquivos permitindo apenas o endereço IP do seu computador.
 - (B) no seu computador que permita todas as conexões de entrada e saída.
 - (C) de entrada no seu computador permitindo todos os IPS de servidores de arquivos.
 - (D) de saída no servidor de arquivos permitindo apenas o endereço IP do seu computador.
 - (E) de entrada no seu computador bloqueando todos os endereços IP, exceto o seu.



36. Após ser alvo de um ataque cibernético que resultou no vazamento de dados, o CEO de uma organização está preocupado com as ameaças que a organização pode enfrentar e solicitou uma análise sobre as diferenças entre vírus e *worms*, concluindo, corretamente, que
- (A) vírus afetam apenas sistemas operacionais específicos, enquanto *worms* podem afetar qualquer dispositivo conectado à internet.
 - (B) um vírus pode se replicar automaticamente, enquanto um *worm* requer intervenção humana para se espalhar.
 - (C) um *worm* pode se replicar automaticamente e se espalhar sem intervenção humana, enquanto um vírus geralmente requer um hospedeiro para se espalhar.
 - (D) ambos, vírus e *worms*, necessitam de um programa hospedeiro para se espalhar.
 - (E) *worms* são uma forma de *spyware*, enquanto vírus são uma forma de *adware*.
-
37. Buscando agilidade no uso dos navegadores web como Google Chrome e Firefox, instalados e funcionando em condições ideais, uma servidora pública pressionou a combinação de teclas `Ctrl + J` para
- (A) abrir a ferramenta de busca na página.
 - (B) abrir uma nova aba em branco.
 - (C) adicionar a página atual aos favoritos.
 - (D) alternar para a próxima aba.
 - (E) abrir a página de *downloads*.
-
38. Um gestor, que organiza reuniões semanais no *Google Meet* com sua equipe para discutir o andamento dos projetos, quer garantir que todos os participantes possam acompanhar os tópicos discutidos sem necessidade de tomar notas exaustivas. Estando o *Google Meet* configurado e funcionando em condições ideais, para permitir o acompanhamento posterior do que foi discutido, o recurso adequado que ele pode utilizar é
- (A) ativar o modo de exibição e registro em mosaico.
 - (B) ativar legendas automáticas.
 - (C) usar o Google Messenger para compartilhar notas.
 - (D) usar o *Google AI Vault* que resume automaticamente a reunião.
 - (E) usar o recurso de gravação da reunião.
-
39. Uma servidora pública está gerenciando um projeto utilizando o Google Drive, em português, e organizou todos os documentos em uma pasta compartilhada. Para configurar as permissões da pasta corretamente para que todos os membros da equipe possam adicionar e editar arquivos, ela deverá configurar as permissões da pasta para
- (A) "Compartilhamento".
 - (B) "Visualização".
 - (C) "Comentário".
 - (D) "Edição".
 - (E) "Restrito".
-
40. Um gestor está trabalhando em um documento importante e quer garantir que todas as alterações feitas por sua equipe sejam revisadas antes de serem aprovadas. A ferramenta do Google Documentos que o gestor deve usar para que as alterações feitas pela equipe apareçam como sugestões, permitindo que ele aprove ou rejeite cada uma, é:
- (A) Configurações de Compartilhamento.
 - (B) Modo de Sugestão.
 - (C) Modo de Edição.
 - (D) Histórico de Versões.
 - (E) Comentários.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

41. Considere os seguintes princípios:

- I. Intervenção.
- II. Vedação de concessão de asilo político.
- III. Solução pacífica de conflitos.
- IV. Prevalência dos direitos humanos.

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios constantes em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e II, apenas.

42. Suzana, enfermeira, estava praticando sua caminhada noturna, quando, ao passar na frente de uma residência, viu uma moradora passar mal e desmaiar no jardim. Imediatamente, mesmo sem o consentimento da moradora, que se encontrava desmaiada, e verificando que não havia mais ninguém na casa após tocar diversas vezes a campainha e não ser atendida, Suzana pulou o portão e adentrou no imóvel para prestar-lhe socorro. Em conformidade com a Constituição Federal, Suzana

- (A) poderia ter penetrado no imóvel, pois é permitido fazê-lo apenas para prestar socorro, quando a vítima estiver inconsciente e, durante o dia ou durante a noite, por determinação judicial.
- (B) não poderia ter penetrado no imóvel, pois apenas é permitido fazê-lo em caso de flagrante delito.
- (C) não poderia ter penetrado no imóvel sem o consentimento da moradora, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo.
- (D) poderia ter penetrado no imóvel sem o consentimento da moradora, pois no caso da prestação de socorro é permitido fazê-lo.
- (E) não poderia ter penetrado no imóvel, pois apenas é permitido fazê-lo em caso de desastre.

43. Sandra nasceu em país estrangeiro quando os seus pais, brasileiros, desfrutavam das suas férias, não tendo sido registrada em repartição brasileira competente. Sandra nunca viveu no Brasil, porém tem planos para, no futuro, aqui residir e seguir, em território nacional, carreira diplomática. Em conformidade com a Constituição Federal, nessa situação, Sandra

- (A) não poderá seguir a carreira diplomática em nenhuma circunstância, pois não foi registrada em repartição brasileira competente ao nascer.
- (B) poderá seguir a carreira diplomática, pois tanto brasileiros quanto estrangeiros podem segui-la.
- (C) poderá seguir a carreira diplomática, desde que venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) poderá seguir a carreira diplomática, pois o fato de ser filha de brasileiros a torna brasileira nata, independentemente do preenchimento de qualquer outro requisito.
- (E) poderá seguir a carreira diplomática apenas se se naturalizar brasileira, pois a mesma é privativa de brasileiros, tanto natos quanto naturalizados.

44. Considere hipoteticamente que:

Aline é Governadora do Estado do Ceará e deseja se candidatar para Presidente da República nas eleições que ocorrerão em 2026. Isadora é Prefeita da cidade de Fortaleza pela segunda vez consecutiva e deseja se candidatar, nas eleições que ocorrerão este ano (de 2024), para reeleição. Patrícia, casada com o Governador do Estado da Bahia, quer se candidatar pela primeira vez à Prefeita de uma cidade nesse mesmo Estado, nas eleições que ocorrerão este ano (de 2024). Em conformidade com a Constituição Federal, considerando apenas as informações fornecidas, para os cargos que pretendem, Aline

- (A) deverá renunciar ao mandato de Governadora até seis meses antes do pleito para concorrer ao cargo de Presidente da República; Isadora não poderá ser reeleita, pois já está em seu segundo mandato consecutivo e a reeleição só é permitida para um único período subsequente; e Patrícia é inelegível, pois seu marido é titular de mandato eletivo de Governador no território de jurisdição em que ela seria Prefeita.
- (B) poderá concorrer ao cargo de Presidente da República sem renunciar ao seu mandato, pois a renúncia deve ocorrer apenas no caso do mandato de Prefeita; Isadora poderá ser reeleita apenas por mais um único período subsequente; e Patrícia é inelegível, pois seu marido é titular de mandato eletivo de Governador no território de jurisdição em que ela seria Prefeita.
- (C) deverá renunciar ao mandato de Governadora até quatro meses antes do pleito para concorrer ao cargo de Presidente da República; Isadora não poderá ser reeleita, pois já está em seu segundo mandato consecutivo e a reeleição só é permitida para um único período subsequente; e Patrícia é elegível, pois a inelegibilidade recai apenas sobre os parentes consanguíneos até o segundo grau ou por adoção.
- (D) deverá renunciar ao mandato de Governadora até quatro meses antes do pleito para concorrer ao cargo de Presidente da República; Isadora poderá ser reeleita apenas por mais um único período subsequente; e Patrícia é inelegível, pois seu marido é titular de mandato eletivo de Governador no território de jurisdição em que ela seria Prefeita.
- (E) poderá concorrer ao cargo de Presidente da República sem renunciar ao seu mandato, pois a renúncia, neste caso, é facultativa; Isadora não poderá ser reeleita, pois já está em seu segundo mandato consecutivo e a reeleição só é permitida para um único período subsequente; e Patrícia é elegível, pois a inelegibilidade recai apenas sobre os parentes consanguíneos até o segundo grau ou por adoção.



45. Pedro, eleito Deputado Federal pelo partido "PNP", deseja se desligar do referido partido. Em conformidade com a Constituição Federal, caso isso ocorra, Pedro
- (A) perderá o mandato, independentemente da anuência do seu partido, e ainda ficará inelegível pelo período de quatro anos.
 - (B) não perderá o mandato, em nenhuma hipótese, pois são livres a filiação e a desfiliação partidária.
 - (C) perderá o mandato, ainda que haja anuência do partido.
 - (D) perderá o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - (E) perderá o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
-
46. Carla é trabalhadora doméstica. Em conformidade com a Constituição Federal, são assegurados a Carla, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, os seguintes direitos:
- (A) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; fundo de garantia do tempo de serviço.
 - (B) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 - (C) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
 - (D) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas.
 - (E) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
-
47. Thaisi, 34 anos de idade, é advogada com onze anos de efetiva atividade profissional. Helena, 66 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com trinta e cinco anos de efetivo exercício. Antônio, 43 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com dezesseis anos de efetivo exercício. Thaisi, Helena e Antônio, todos residentes e atuantes no Ceará, possuem notável saber jurídico e reputação ilibada. Levando-se em conta apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região poderia vir a ser composto por
- (A) Helena e Antônio, apenas.
 - (B) Thaisi e Helena, apenas.
 - (C) Thaisi, apenas.
 - (D) Antônio, apenas.
 - (E) Thaisi, Helena e Antônio.
-
48. Letícia e Karin exercem cargos públicos. Letícia é professora e Karin exerce cargo privativo de profissional da saúde, com profissão regulamentada. Ambas desejam exercer mais um cargo público remunerado. Considerando apenas as informações fornecidas e em conformidade com a Constituição Federal,
- (A) desde que haja compatibilidade de horários, Letícia e Karin podem exercer quantos cargos públicos de professor desejarem, pois a lei não veda o acúmulo remunerado de cargos públicos quando todos eles forem relacionados exclusivamente à profissão de professor.
 - (B) desde que haja compatibilidade de horários, Letícia pode exercer mais um cargo de professora, ou mais um cargo técnico ou mais um cargo científico, enquanto Karin não pode exercer outro cargo público, pois é vedado ao profissional da saúde a acumulação remunerada de cargos públicos.
 - (C) Letícia e Karin são proibidas de exercer outro cargo público, pois é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
 - (D) desde que haja compatibilidade de horários, Letícia pode exercer mais um cargo de professora, ou mais um cargo técnico ou mais um cargo científico, enquanto Karin pode exercer outro cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada.
 - (E) desde que haja compatibilidade de horários, Letícia pode exercer apenas mais um cargo científico, enquanto Karin não pode exercer outro cargo público, pois é vedado ao profissional da saúde a acumulação remunerada de cargos públicos.

**Noções de Direito Administrativo**

49. Como norteador das licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021, o princípio da
- (A) padronização deve ser aplicado em caráter excepcional, pois restringe a competitividade, incidindo pois, de modo hierarquicamente superior ao princípio da isonomia.
 - (B) celeridade deve informar as contratações diretas, constituindo fundamento próprio para dispensa e inexigibilidade de licitação.
 - (C) padronização deve ser aplicado às licitações de serviços, considerada a possibilidade de compatibilização das especificações técnicas aplicáveis.
 - (D) eficiência do certame pode se sobrepor aos princípios constitucionais, em caráter excepcional, caso demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública.
 - (E) vinculação ao instrumento convocatório passou a coibir o aproveitamento de atos caso haja anulação de decisões no curso do processo licitatório.
-
50. A revogação do ato administrativo é modalidade de
- (A) invalidação do ato administrativo que apresente vício de natureza insanável, podendo ser declarada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.
 - (B) invalidação por desconformidade com o ordenamento jurídico, operando, portanto, efeitos retroativos, desde a data em que editado.
 - (C) extinção discricionária do ato administrativo, por razões de conveniência e oportunidade, pois não se evidencia ilegalidade ou irregularidade, produzindo efeitos a partir da invalidação.
 - (D) encampação do ato administrativo, ao se identificar a presença de vício de legalidade, para fins de retificação e convalidação.
 - (E) extinção do ato administrativo, que, embora seja válido, demanda a eliminação dos efeitos produzidos desde a sua edição.
-
51. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, no regular desempenho das funções pelos órgãos da Administração Pública, a
- (A) delegação de parte da competência de um órgão a outro é permitida, de forma justificada, excluídas as matérias expressamente vedadas, a exemplo da decisão de recursos administrativos.
 - (B) competência é indicativa, podendo o órgão ao qual foi originalmente atribuída renunciar em favor de outro, ainda que não haja relação de subordinação.
 - (C) avocação, pelo órgão superior, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, é permitida, em razão da relação de subordinação.
 - (D) delegação de competência de um titular de um órgão para outro, é permitida, de forma justificada, salvo matérias de competência exclusiva e se não houver relação de subordinação hierárquica entre eles.
 - (E) instauração de processo administrativo se dará por qualquer autoridade, caso não haja expressa previsão legal.
-
52. O Chefe do Executivo de um estado da federação editou um decreto organizando as estruturas de suas secretarias e alterando as denominações desses órgãos. No mesmo ato, transferiu cargos de uma secretaria para outra e extinguiu cargos vagos. A medida praticada
- (A) é inconstitucional, pois o decreto autônomo é privativo do Chefe do Poder Executivo Federal, não se estendendo ao âmbito do Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - (B) é regular e válida, porque se insere em matéria de organização administrativa, que contempla criação e extinção de cargos e órgãos públicos, desde que não represente aumento de despesas.
 - (C) infringiu os limites do poder normativo em relação à alteração da denominação da secretarias, o que caracteriza, em verdade, criação de órgãos públicos, matéria de reserva de lei.
 - (D) é constitucional, pois insere-se nos limites do poder normativo do Chefe do Executivo disciplinar a organização da administração estadual, sendo-lhe permitido, ainda, extinguir cargos vagos.
 - (E) é inconstitucional, tendo em vista que a transferência e extinção de cargos é matéria reservada à lei, tendo o Chefe do Executivo excedido os limites de seu poder normativo.



53. A alienação de bens imóveis da Administração Pública está sujeita a condições e requisitos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quais sejam
- (A) demonstração de interesse público justificado para a alienação, realização de leilão eletrônico por meio de leiloeiro oficial, em cujo âmbito deverá ser feita a avaliação, não se admitindo hipótese preliminar de dispensa de licitação.
 - (B) realização de, ao menos, dois laudos de avaliação por entidade avaliadora oficial, demonstração de interesse público justificado e licitação na modalidade leilão.
 - (C) avaliação, demonstração de interesse público e licitação, esta que fica dispensada apenas nos casos de alienações de interesse social.
 - (D) avaliação, demonstração de interesse social e adquirente exclusivamente integrante da Administração Pública de qualquer ente federado.
 - (E) demonstração de interesse público justificado para a alienação, avaliação do bem e licitação na modalidade leilão, dispensado o certame nas hipóteses legais expressamente indicadas.
-
54. No curso da execução do contrato, cabe ao contratado, além da adequada e integral execução do objeto contratado,
- (A) responsabilizar-se, em caráter principal, pelos encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do contrato, ficando a Administração Pública apenas com a responsabilidade excepcional e subsidiária.
 - (B) responsabilizar-se diretamente pelos danos causados à Administração e a terceiros em razão da execução do contrato, independentemente da fiscalização do ajuste pela Administração Pública.
 - (C) acatar as alterações contratuais unilaterais promovidas pela Administração Pública que impliquem majorações até o limite de 50% do valor atualizado do contrato.
 - (D) acatar as alterações contratuais promovidas pela Administração Pública para supressão do objeto até o limite de 50% do valor atualizado do contrato.
 - (E) responsabilizar-se diretamente pelos danos causados a terceiros em razão da execução do contrato, excluída a responsabilidade em face da Administração, o que se rege exclusivamente pelas disposições contratuais.
-
55. O controle dos atos administrativos é feito nos âmbitos interno e externo, caracterizando-se, respectivamente, no âmbito interno,
- (A) por meio do poder de revisão realizado pela Administração Pública e, no âmbito externo, por meio do controle exercido pelo Poder Legislativo, que possui papel opinativo, em face do Princípio da Separação de Poderes.
 - (B) pelo controle de legalidade exercido pela própria Administração e pelo Tribunal de Contas, que fiscaliza as contas do Poder Executivo e, no âmbito externo, pelo Poder Judiciário, que realiza estritamente controle de legalidade dos atos e contratos da Administração Pública.
 - (C) pelo poder de revisão sobre os próprios atos exercido pela Administração e, no âmbito externo, pela fiscalização exercida pelos órgãos de controle como o Tribunal de Contas, que examina, dentre outros aspectos, a legalidade e a economicidade dos atos e contratos da Administração Pública.
 - (D) pelo poder de tutela que a Administração Pública direta realiza sobre os próprios atos e, no âmbito externo, pelo controle exercido pelo Tribunal de Contas, na qualidade de auxiliar do Poder Judiciário, sobre aspectos de legalidade e economicidade, dentre outros.
 - (E) pelo poder de autotutela que a Administração Pública realiza sobre os próprios atos e, no âmbito externo, pelo controle exercido pelo Poder Judiciário, com auxílio do Tribunal de Contas, sobre os aspectos discricionários e de legalidade.
-
56. Além dos princípios expressos na Constituição Federal, a Administração Pública também tem sua atuação informada pelos chamados princípios implícitos, que se expressam em normas infraconstitucionais e se prestam a orientar interpretações e decisões administrativas, tais como o princípio da
- (A) segurança jurídica, que passou a constar de normas infraconstitucionais, inclusive da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com vistas a preservar, o máximo possível, as situações apreciadas e os atos praticados.
 - (B) motivação, obrigatório em todos os atos, vinculados e discricionários, inclusive com vistas a dar efetividade a outro princípio implícito, o princípio da transparência.
 - (C) eficiência, que, apesar de não constar expressamente na Constituição Federal, foi recepcionado com status de norma constitucional de direito fundamental e, como tal, superior aos demais princípios.
 - (D) supremacia do interesse público, que remanesce prevalecendo sobre os demais princípios e sempre que há um embate entre mais de um interesse envolvido, mesmo que haja norma expressa disciplinadora.
 - (E) indisponibilidade do interesse e dos bens públicos, que segue estabelecendo como regra absoluta a manutenção do patrimônio público e a vedação de transferência para o privado, gratuita ou onerosamente.

**Noções de Administração Pública**

57. A Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, desenvolvida por Abraham Maslow, apresenta uma pirâmide em cujo topo encontram-se as
- (A) principais necessidades do ser humano, ligadas à subsistência e segurança e que são a razão pela qual os indivíduos se sentem motivados à realização de tarefas no ambiente de trabalho.
 - (B) necessidades ligadas à autorrealização, as quais o indivíduo somente busca satisfazer depois de supridas necessidades mais básicas (fisiológicas, segurança, sociais e de estima).
 - (C) recompensas financeiras, consideradas os principais fatores de motivação do ser humano e que não podem ser substituídos por outras compensações como estima e pertencimento ao grupo.
 - (D) atividades consideradas mais prazerosas, ligadas ao bem-estar e convívio familiar e que somente podem ser realizadas ou usufruídas depois de realizadas as atividades ligadas ao trabalho e obrigações perante a sociedade.
 - (E) camadas mais privilegiadas da sociedade, cujas necessidades são totalmente atendidas, diversamente do que ocorre com as demais classes sociais que se situam em outros estratos da pirâmide social.
-
58. Os estudos sobre liderança desenvolvidos por Likert classificam tipos de liderança com base
- (A) no papel que o líder representa perante os liderados, em uma gradação que vai do sabotador ao apoiador.
 - (B) no nível de ameaças e desafios presentes na organização, em uma gradação que vai do líder conservador ao inovador.
 - (C) no grau de maturidade dos liderados, em uma gradação que vai do líder controlador ao consultivo.
 - (D) na capacidade do líder de promover o engajamento dos liderados, em uma gradação que vai do líder burocrático ao carismático.
 - (E) no estilo de autoridade do líder, em uma gradação que vai do autoritário-coercitivo ao participativo.
-
59. Uma das principais classificações apresentadas pela doutrina acerca dos tipos de decisão no ambiente organizacional as distingue entre decisões programadas e não programadas, levando em conta, como fator de discrimen,
- (A) tratar-se, no caso das decisões não programadas, de soluções de mera mitigação do problema e que comprometem as metas estabelecidas.
 - (B) a qualidade do processo decisório, eis que as decisões programadas decorrem de um processo estruturado, enquanto as não programadas são tomadas sem reflexão.
 - (C) o grau de efetividade da solução que decorre da decisão, sendo as não programadas consideradas as menos efetivas.
 - (D) tratar-se, no caso das decisões programadas, de situações recorrentes com soluções disponíveis no acervo da organização.
 - (E) o sucesso ou insucesso decorrente da decisão, o que significa que a determinação do tipo da decisão se dá, necessariamente, *ex post*.
-
60. Considere que determinada organização pretenda avaliar o desempenho de seus integrantes com base na metodologia "Incidentes Críticos". Ao optar por tal método,
- (A) o avaliador deverá registrar os aspectos extremos do trabalho do avaliado, considerados excepcionalmente positivos e os excepcionalmente negativos.
 - (B) o avaliador deverá aplicar testes individuais e de grupo, para aferir o grau de resiliência dos avaliados e das equipes.
 - (C) a avaliação será baseada exclusivamente na conduta funcional dos avaliados, ou seja, na existência de advertências e outras penalidades eventualmente aplicadas.
 - (D) deverão ser aplicadas dinâmicas de grupo, simulando situações que podem ocorrer no ambiente de trabalho a fim de avaliar o comportamento dos integrantes.
 - (E) será necessária a participação de profissional externo à organização para conduzir a avaliação a fim de mediar os conflitos ou incidentes que o método costuma gerar.
-
61. A gestão por projetos utilizando como ferramenta o método do caminho crítico, *Critical Path Method (CPM)*, pressupõe a identificação
- (A) dos cenários de probabilidade de sucesso e de insucesso do projeto, bem como de fatores que impactam o cumprimento do respectivo cronograma de execução.
 - (B) do conjunto de atividades ou tarefas críticas que não podem sofrer atrasos, sob pena de comprometer o prazo de execução do projeto.
 - (C) das áreas mais deficientes da organização, ou seja, de seu caminho crítico, a fim de evitar que realizem etapas relevantes dos projetos.
 - (D) dos colaboradores menos engajados e que tendem a dificultar e até mesmo sabotar os projetos da organização, os quais devem ser afastados de projetos prioritários.
 - (E) dos obstáculos externos à organização, que constituem ameaças à execução dos projetos, procurando-se caminhos alternativos.



62. No que concerne ao processo organizacional, que envolve as atividades e funções atribuídas ao administrador, o conceito de cadeia escalar apresentado pelo estudioso Henri Fayol no âmbito da Teoria Clássica da Administração, corresponde
- (A) ao conjunto de atividades que podem ser objeto de delegação no âmbito da cadeia de comando, o que inclui as de coordenação e comunicação, devendo permanecer com a alta administração as relativas ao controle e à avaliação.
 - (B) à sequência de ações que geram a produção de um resultado na organização (bem ou serviço), que nas abordagens de estudiosos mais contemporâneos são denominados *inputs* e *outputs*.
 - (C) ao paradigma de comando compartilhado, segundo o qual deve haver centros de autoridade nos diversos setores da organização para as diferentes atividades executadas, que requerem especialização.
 - (D) à matriz ou conjunto de atividades e responsabilidades atribuídas aos administradores em uma organização, que contempla, entre as principais: planejamento, direção, coordenação, controle e avaliação.
 - (E) à linha de autoridade que parte do topo da hierarquia até os níveis mais baixos e significa que as ordens deverão descer por todos os níveis hierárquicos, desde o nível em que é dada até chegar a quem as executa.
-
63. A gestão de desempenho dos colaboradores de uma organização constitui atividade fundamental e também desafiadora, de forma que não é raro que em processos de avaliação de desempenho ocorram falhas e desvios, sendo um dos mais comuns o denominado "efeito halo", o qual ocorre
- (A) em processos de avaliação realizados sem o apoio externo, em face da resistência de membros da equipe em atribuir resultados negativos à performance de colegas.
 - (B) a partir de uma visão preconceituosa ou viés do avaliador, o qual não afere os resultados de forma objetiva e isenta.
 - (C) em função do despreparo do avaliador, que não possui as habilidades ou conhecimentos necessários para aferir o desempenho dos avaliados.
 - (D) quando o avaliador transpõe o resultado, muito bom ou muito ruim, de um aspecto específico avaliado para todos os demais itens de avaliação, gerando um efeito de generalização.
 - (E) quando o avaliador se concentra apenas em aspectos mais recentes ou imediatos do comportamento dos avaliados.
-
64. A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) apresenta um modelo de excelência em gestão composto por fundamentos e critérios de excelência em gestão, tendo como referência organizações de excelência em nível mundial. Constituem exemplos de fundamento e critério, respectivamente, predicados pelo modelo da FNQ:
- (A) Resultados; responsabilidade social.
 - (B) Pessoas; visão de futuro.
 - (C) Clientes; aprendizado organizacional.
 - (D) Liderança; geração de valor.
 - (E) Pensamento sistêmico; liderança.
-

Noções de Direito do Trabalho

65. Sinfrônio está negociando com a sua empregadora, a Financeira Tradição, a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho. Nessa situação, conforme prevê o ordenamento jurídico trabalhista,
- (A) na hipótese de determinação da Financeira Tradição para o retorno de Sinfrônio ao labor presencial, a mesma deverá garantir um período de transição de, no mínimo, 30 dias, registrado em contrato.
 - (B) o trabalhador deverá prestar serviços sempre fora do estabelecimento do empregador, ficando descaracterizado o teletrabalho se o empregado comparecer habitualmente na empresa para serviços que exijam a sua presença.
 - (C) o aditivo contratual poderá prever a prestação de serviços por jornada, ou por produção ou por tarefa.
 - (D) a convenção coletiva aplicável à relação de emprego entre Sinfrônio e a Financeira Tradição passará a ser a do novo local da prestação de serviços (da residência de Sinfrônio), não mais a da base territorial do estabelecimento de lotação.
 - (E) as despesas com manutenção de equipamentos necessários para a prestação dos serviços remotos serão sempre da responsabilidade do empregador, independente de previsão contratual.
-
66. Zeus é doador de sangue habitual, desde que perdeu um ente querido por ausência de sangue disponível para uma transfusão no hospital em que estava internado, fazendo este gesto nobre regularmente duas vezes ao ano. Conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Zeus pode se ausentar do trabalho sem prejuízo do salário
- (A) 8 dias por ano.
 - (B) 2 dias por ano.
 - (C) 1 dia por ano.
 - (D) 4 dias por ano.
 - (E) 6 dias por ano.
-



67. Margarida foi empregada celetista da empresa de serviços de limpeza Brilho Eterno, tendo laborado para a mesma por 30 anos, de 20/06/1994 a 20/06/2024, sendo dispensada com a indenização do aviso prévio. Nessa situação, conforme previsão legal, a mesma fará jus ao aviso prévio indenizado equivalente a
- (A) 60 dias.
 - (B) 30 dias.
 - (C) 120 dias.
 - (D) 90 dias.
 - (E) 150 dias.
-
68. Hipócrates foi eleito pelos empregados da Churrascaria Boi Bão como seu representante para cargo de direção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA); Celeste está grávida, tendo informado seu empregador, o Banco YZ, de seu estado gestacional. Considerando a situação narrada, à luz do que prevê o ordenamento jurídico trabalhista,
- (A) Celeste possui garantia de emprego desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o nascimento da criança e Hipócrates desde o registro da sua candidatura até 1 ano após o término de seu mandato na CIPA.
 - (B) Hipócrates tem garantia de emprego até 18 meses do término de seu mandato na CIPA e Celeste faz jus à mesma garantia, até 120 dias após o parto de seu filho.
 - (C) Celeste possui garantia de emprego até 6 meses após o nascimento da criança e Hipócrates até 1 ano após o término de seu mandato na CIPA.
 - (D) apenas Celeste possui estabilidade provisória, sendo desde a confirmação da gravidez até 4 meses após o nascimento do filho, não gozando desta garantia Hipócrates, porque a mesma é limitada aos membros indicados pelo empregador.
 - (E) Hipócrates tem garantia de emprego até 2 anos do término de seu mandato na CIPA e Celeste faz jus à mesma garantia, desde a confirmação da gravidez até 6 meses após o parto de seu filho.
-
69. Cícero é empregado da empresa de asfaltamento de rodovias Piso Plano e, por prestar serviços em locais de difícil acesso, locomove-se ao trabalho por condução fornecida pelo seu empregador, permanecendo no ônibus da empresa por 4 horas diárias, sendo duas na ida e duas horas na volta do trabalho. Nessa situação, conforme previsão legal, Cícero
- (A) não faz jus a horas extraordinárias, eis que o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, embora seja reconhecido por lei como tempo à disposição do empregador.
 - (B) não faz jus a horas extraordinárias, eis que o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
 - (C) é credor de duas horas extras diárias, equivalente a 50% da sua jornada *in itinere*, sem reflexos nas demais verbas contratuais e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), eis que nessa condição de fornecimento de transporte pelo empregador, considera-se como local de difícil acesso.
 - (D) é credor de quatro horas extras diárias, com reflexos nas demais verbas contratuais e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), eis que nessa condição de fornecimento de transporte pelo empregador, considera-se como local de difícil acesso e a empresa deve ser responsável pelo trabalho extraordinário nessa circunstância.
 - (E) só faria jus a horas extraordinárias, limitada a duas, se a condução não fosse fornecida pelo empregador, por se tratar de local de difícil acesso, mas não caberiam reflexos nas demais verbas contratuais e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se de verba indenizatória.
-
70. Perpétua mantém com o buffet de festas Alegria Constante contrato de trabalho intermitente, uma vez que a atividade do empregador não demanda a contratação diária tradicional. Perpétua recebeu convocação dia 5/6/2024, uma quarta-feira, para a prestação de 6 horas de trabalho no dia 7/6/2024, sexta-feira, por aplicativo de mensagens, tendo silenciado sobre a convocação. Nessa situação, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a convocação foi considerada
- (A) recusada, pelo silêncio, além do que foi realizada com prazo inferior ao legalmente previsto, que é de 2 dias úteis.
 - (B) aceita, embora tenha sido realizada com prazo inferior ao legalmente previsto, que é de 5 dias corridos.
 - (C) recusada, eis que o silêncio é tido como não aceitação da convocação, além do que o chamado não teria respeitado o prazo mínimo de 3 dias úteis.
 - (D) aceita, embora tenha sido realizada com prazo inferior ao legalmente previsto, que é de 3 dias corridos.
 - (E) recusada, pelo silêncio, além do que foi realizada com prazo inferior ao legalmente previsto, que é de 3 dias corridos.



71. Ptolomeu foi transferido, pelo seu empregador, o Laticínio Queijo Bom, por real necessidade de serviço, visando dar treinamento aos novos empregados, para uma unidade produtiva distante 250 km, o que implicou na mudança de seu domicílio. Sabendo-se que o salário de Ptolomeu é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o empregado, de acordo com a legislação vigente, faz jus a adicional de transferência, que não poderá ser inferior a
- (A) R\$ 1.000,00, enquanto durar a transferência.
 - (B) R\$ 1.000,00, pelo prazo máximo de um ano, independente do tempo que durar a transferência.
 - (C) R\$ 800,00, pelo prazo máximo de um ano, independente do tempo que durar a transferência.
 - (D) R\$ 1.200,00, pelo período que durar a transferência.
 - (E) R\$ 1.000,00, pelo prazo máximo de dezoito meses, independente do tempo que durar a transferência.
72. A Empresa de Vigilância Olhos de Lince tem por regra conceder o repouso semanal remunerado sempre após 9 dias seguidos de trabalho, não se valendo de empregados folguistas para a função de vigilante. Nessa situação, de acordo com a orientação predominante do Tribunal Superior do Trabalho, a empresa deve pagar referido descanso de forma
- (A) dobrada, sem qualquer adicional.
 - (B) simples, com adicional de pelo menos 50%, e os devidos reflexos.
 - (C) simples, com adicional de pelo menos 25%, e os devidos reflexos.
 - (D) dobrada, com adicional de pelo menos 100%, sem os devidos reflexos.
 - (E) simples, acrescido de um adicional de pelo menos 100%, sem os devidos reflexos.

Noções de Direito Processual do Trabalho

73. Ana teve julgada procedente em parte sua reclamação trabalhista, com disponibilização da sentença pelo Diário de Justiça eletrônico em 16/12, uma segunda-feira, sendo que tem interesse em interpor recurso ordinário no prazo de oito dias. Assim, tendo em vista o recesso forense que tem início em 20/12 e o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e considerando que as datas recaem em dia útil, o restante do prazo de Ana terá seu reinício em:
- (A) 22/01.
 - (B) 21/01.
 - (C) 20/01.
 - (D) 07/01.
 - (E) 06/01.
74. Em 22/04/2024, a empresa Lustres Cristal Ltda. recebeu notificação citatória de reclamação trabalhista ajuizada por Neusa, com audiência designada para 26/04/2024. Nesta data, compareceu apenas o preposto da ré, munido da respectiva carta de preposição e carteira de trabalho, não tendo apresentado defesa no prazo legal, requerendo, oralmente o adiamento da audiência. A partir do caso narrado e de acordo com a CLT, o juiz deverá
- (A) adiar a audiência, mas em razão da presença da ré, fica evidente o ânimo de defesa, não sendo aplicada a revelia.
 - (B) manter a audiência, podendo o preposto apresentar defesa oral no prazo legal de 20 minutos, tendo em vista o *jus postulandi*.
 - (C) manter a audiência e aplicar a revelia por ausência de defesa.
 - (D) adiar a audiência pela exiguidade de tempo entre a citação e a realização da audiência.
 - (E) manter a audiência, face aos princípios da celeridade e economia processual, mas, em razão da presença da ré, fica evidente o ânimo de defesa, não sendo aplicada a revelia.

75. Tendo em vista a informatização do processo judicial, nos termos da Lei nº 11.419/2006, considere:
- I. A data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
 - II. O uso de meio eletrônico na tramitação dos processos judiciais aplica-se aos processos civil, penal e trabalhista, em qualquer grau de jurisdição, mas não aos juizados especiais.
 - III. As intimações feitas por meio eletrônico, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.
 - IV. Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 horas do último dia.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.



76. Sandra ajuizou ação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a Floricultura Girassol Ltda. Paula também ajuizou reclamação em face da empresa de Vigilância ABC Ltda. e em face do Município do Rio de Janeiro, para quem prestou serviços, requerendo sua responsabilização subsidiária. Foram atribuídos os valores das causas em 20 salários mínimos na ação de Sandra e 15 salários mínimos na ação de Paula. Diante disso e nos termos da CLT,
- (A) o processo de Sandra correrá sob o procedimento sumaríssimo e o de Paula sob o rito ordinário.
 - (B) o juiz decidirá, na audiência, o rito a ser seguido em cada reclamação.
 - (C) o processo de Sandra correrá sob o rito ordinário e o de Paula sob o procedimento sumaríssimo.
 - (D) ambas as ações seguirão sob o rito sumaríssimo.
 - (E) ambas as ações seguirão sob o rito ordinário.
-
77. Marcela opôs embargos de declaração em face de sentença proferida em sua reclamação trabalhista. Os mesmos são tempestivos e foi preenchido por Marcela o requisito de regular representação. No tocante ao prazo para interposição de recurso ordinário, segundo o que prevê a legislação processual do trabalho, os embargos de declaração
- (A) não afetam a contagem do prazo.
 - (B) não suspendem o prazo.
 - (C) suspendem o prazo.
 - (D) não interrompem o prazo.
 - (E) interrompem o prazo.
-
78. A loja de roupas Local Jeans Ltda., executada em uma reclamação trabalhista, apresentou embargos à execução arrolando testemunhas, o que foi indeferido pelo juiz, sob o argumento de que não se tratava de processo de conhecimento, não sendo cabível tal meio de prova nessa fase processual. Sobre o caso narrado, observando o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho sobre a matéria, a decisão do juiz foi
- (A) correta, uma vez que é permitido arrolar testemunhas na fase de execução somente com a interposição de Agravo de Petição.
 - (B) incorreta, pois é permitida a prova testemunhal em sede de embargos à execução.
 - (C) correta, pois já fora ultrapassada a fase de conhecimento.
 - (D) incorreta, sendo cabível a prova testemunhal, cabendo, nesse caso, interposição de Mandado de Segurança.
 - (E) correta, já que a matéria na execução está restrita a valores.
-
79. Em relação às custas no processo do trabalho, de acordo com a legislação processual do trabalho:
- (A) Havendo extinção do processo, sem julgamento do mérito, as custas incidirão à base de 5% sobre o valor da causa.
 - (B) Quando o pedido for julgado improcedente, sempre haverá isenção de pagamento.
 - (C) Havendo acordo, as custas incidirão à base de 10% sobre o respectivo valor, cabendo o pagamento em partes iguais aos litigantes.
 - (D) No caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória, as custas incidirão à base de 2% sobre o valor da causa.
 - (E) Sendo indeterminado o valor, as custas incidirão à base de 15% sobre o quanto o juiz fixar.
-
80. Silas que presta serviços a uma companhia aérea na China, ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a Companhia Aérea Ouro S/A. Na data da audiência, Silas estará comprovadamente, trabalhando na China. Considerando que Silas tem intenção de que seu processo seja célere, de acordo com a CLT, deverá
- (A) outorgar procuração com poderes específicos ao seu advogado para que este o represente, evitando o arquivamento e requerendo o adiamento da audiência.
 - (B) requerer o adiamento da audiência, comprovando sua ausência em território nacional.
 - (C) fazer-se representar por outro empregado da mesma profissão ou pelo seu sindicato.
 - (D) outorgar procuração com poderes específicos ao seu advogado para que este o represente.
 - (E) deixar arquivar a demanda e ajuizar uma nova reclamação.